

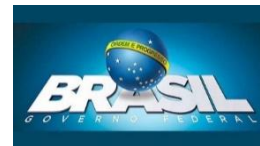


ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS
PAÇO MUNICIPAL DOM JOSEPH PATRICK HANHAN
Endereço: TRAV. VEREADORA VIRGOLINA COELHO, Nº 1.145
CEP 68540-000 CENTRO - TEL.: (94) 3421 - 0033
E-MAIL: semmarh.pmsbrs@gmail.com



PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA – PA

PLANO DE TRABALHO



Conceição do Araguaia – PA
2016



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS
PAÇO MUNICIPAL DOM JOSEPH PATRICK HANHAN
Endereço: TRAV. VEREADORA VIRGOLINA COELHO, Nº 1.145
CEP 68540-000 CENTRO - TEL.: (94) 3421 - 0033
E-MAIL: semmarh.pmsbrs@gmail.com



PREFEITURA DO MUNICÍPAL DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA

**SEMMAH - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS
HIDRICOS**

**COORDENÇÃO DE ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO
E GESTÃO INTEGRADA DE RESIDUOS SÓLIDOS**

Tel. (94) 3421-0033
Email: semmarh.pmsrs@gmail.com

Valter Rodrigues Peixoto
Prefeito Municipal

Zilma Sousa
Vice-Prefeita

Flavio Watanabe
Secretário Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos

Lenita Rodrigues Ferreira Watanabe
Coordenadora Geral

Maxwel Lima Santos
Thuanny Paula de Almeida Nascimento Santos
Equipe Técnica

Conceição do Araguaia – PA
2016



SÚMARIO

1	APRESENTAÇÃO	6
2	INTRODUÇÃO	7
3	JUSTIFICATIVA.....	8
4	OBJETIVO.....	9
5	ÁREA DE ABRANGÊNCIA.....	11
6	METODOLOGIA	12
7	DESCRIÇÃO DAS ETAPAS	15
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
9	REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS.....	41
	ANEXOS.....	42
	I ANEXO.....	
	II ANEXO.....	



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS
PAÇO MUNICIPAL DOM JOSEPH PATRICK HANHAN
Endereço: TRAV. VEREADORA VIRGOLINA COELHO, Nº 1.145
CEP 68540-000 CENTRO - TEL.: (94) 3421 - 0033
E-MAIL: semmarh.pmsbrs@gmail.com



LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Localização do Município de Conceição do Araguaia no Estado do Pará

Figura 2. Ordenação territorial do Município de conceição do Araguaia- PA

Figura 03: Fluxograma das Fases e Etapas de Elaboração do PMSB/GIRS

Figura 04: Esquema da Participação Social nas etapas do planejamento do PMSB/GIRS.

Figura 05: Cronograma de Atividades

Figura 06: Esquema de Revisão do Plano de Avaliação e Monitoramento



LISTA DE TABELA

Tabela 01: Descrição das Fases e Etapas do PMSB/GIRS

Tabela 02: Lista de Membros do Comitê de Coordenação , Execução e Equipe Técnica.

Tabela 03: Objetivos a serem atingidos pelo Plano de Mobilização Social, em cada fase.

Tabela 04: Dados a serem levantados referentes a Aspectos Socioeconômicos, Culturais, Ambientais e de Infraestrutura.

Tabela 05: Dados a serem levantados referentes Aspectos Legais

Tabela 06: Dados a serem levantados referentes Levantamento Institucional

Tabela 07: Dados a serem levantados referentes Infraestrutura de Abastecimento de Água

Tabela 08: Dados a serem levantados referentes Infraestrutura de Esgotamento Sanitário

Tabela 09: Dados a serem levantados referentes Infraestrutura de Manejo de Águas Pluviais

Tabela 10: Dados a serem levantados referentes a Infraestrutura de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos

Tabela 11: Aspectos considerados no Prognóstico referentes Infraestrutura de abastecimento de água

Tabela 12: Aspectos considerados no Prognóstico referentes Infraestrutura de esgotamento sanitário

Tabela 13: Aspectos considerados no Prognóstico referentes a Infraestrutura de águas pluviais

Tabela 14: Aspectos considerados no Prognóstico referentes a Infraestrutura de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS
PAÇO MUNICIPAL DOM JOSEPH PATRICK HANHAN
Endereço: TRAV. VEREADORA VIRGOLINA COELHO, Nº 1.145
CEP 68540-000 CENTRO - TEL.: (94) 3421 - 0033
E-MAIL: semmarh.pmsbrs@gmail.com



1. APRESENTAÇÃO

Este documento corresponde ao Plano de Trabalho, sendo um instrumento de planificação das atividades que norteará a Elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico e Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do município de Conceição do Araguaia/PA, atendendo aos princípios da Política Nacional de Saneamento Básico Lei nº 11.445/2007 e seu Decreto nº 7.217/2007 e em conformidade com o Artº19 da Lei Federal nº12.305/2010 Política Nacional de Resíduos Sólidos.

O Plano Municipal de Saneamento Básico e Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos visa estabelecer o planejamento e gestão dos serviços de Saneamento que envolve o Sistema de Abastecimento de Água Potável, Esgotamento Sanitário, Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos, Drenagem Urbana e Manejo das Águas Pluviais.

O Plano de Trabalho descreve as atividades referentes ao desenvolvimento das ações, apresenta as diretrizes gerais para a formulação dos estudos, a área de abrangência, os objetivos a serem alcançados, o roteiro de execução das atividades e o cronograma de entrega do produto final que será o Plano Municipal de Saneamento Básico e Plano Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.

O presente documento é apresentado em volume único contendo anexos.



2. INTRODUÇÃO

Através do planejamento é possível sistematizar o trabalho, para averiguar uma determinada situação e identificar os fatores que compõe sua realidade. A informação a cerca do cenário real serve como base na tomada de decisões. O presente Plano de Trabalho tem a função de apresentar o modo que será desenvolvida as atividades de Elaboração do Plano de Municipal de Saneamento Básico e Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.

A Lei do Saneamento Básico nº 11.445 de 05 de Janeiro de 2007, se tornou um marco regulatório, principalmente porque essa lei se articula com a Política Nacional de Resíduos Sólidos Lei 12.305 de 2 de Agosto de 2010, através do Art. 19 que permite que o Plano de Gestão de Resíduos Sólidos seja inserido ao Plano de Saneamento Básico Municipal, ambas leis determinam que o titular do serviço deverão formular os planos que visam ordenar os serviços públicos para à melhoria da salubridade ambiental, à proteção dos recursos hídricos e à promoção da saúde publica, de modo que seja preparado por meio de gestão participativa.

O Plano Municipal de Saneamento Básico e Gestão Integrada de Resíduos Sólidos é o documento básico do planejamento, contemplando as metas, os projetos as tecnologias, e as estimativas de custos dos serviços, define como essencial a gestão, planejamento, regularização, prestação e fiscalização dos serviços e o controle social e tem como objetivo formular linhas de ações para a área de saneamento básico que é definido segundo o art. 3º da Lei 11.445/2007 como sendo o conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais que envolvem os quatro componentes: abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, drenagem de águas pluviais e manejo de resíduos sólidos, visa também fornecer mecanismos que permitam a implantação de ações articuladas e eficientes que considere os princípios de universalidade, integralidade das ações, igualdade, participação e controle social, titularidade municipal, gestão publica e a articulação institucional. A elaboração do Plano busca ser compatível e interligado com as políticas publicas, planos e disciplinamentos do município, em um horizonte de planejamento de longo prazo, abrangendo todo o território do município, áreas urbana e rural.



3. JUSTIFICATIVA

O quadro sanitário da maioria dos municípios ainda é muito precário, em virtude do pouco investimento e prestação de serviços deficiente, ou ainda devido a ausência de políticas públicas na área de saneamento ambiental. Este cenário contribui com o desenvolvimento de enfermidades na população que poderiam ser evitadas com medidas de saneamento básico.

O saneamento pode ser entendido como sendo o controle de todos os fatores do meio físico do homem, que exercem ou podem exercer efeitos nocivos sobre o bem estar físico, mental e social segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS). De outra forma, pode-se dizer que saneamento caracteriza o conjunto de ações sócio-econômicas que tem por objetivo alcançar salubridade ambiental, tornando-se um importante meio de prevenção de doenças. Neste contexto as ações de saneamento dentro da sociedade se tornam essenciais à vida humana, e à proteção ambiental, constituindo-se, portanto uma necessidade social.

O Plano Municipal de Saneamento Básico e Gestão Integrada de Resíduos Sólidos é um instrumento exigido pela lei 11.445/2007 e Lei 12.305/10. Este instrumento tem fundamental importância na organização e estruturação da gestão dos serviços de saneamento. A implementação do plano possibilitará planejar ações do município para garantir a universalização ao atendimento, pois o saneamento básico adquire a condição de serviço público, cujo acesso deve ser integral, conforme estabelecido no Estatuto das Cidades (art. 2º Lei nº 10.257/01).



4. OBJETIVO

Em cumprimento aos conteúdos mínimos estabelecidos na Lei nº 11.445/2007, no Decreto nº 7.217/2010, na Lei nº 12.305/2010, o presente Plano de Trabalho tem como objetivo estabelecer orientações e definir as atividades para cada etapa de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico e Gestão Integrada de Resíduos Sólidos de Conceição do Araguaia- PA.

As atividades do Plano Municipal de Saneamento Básico e Gestão Integrada de Resíduos Sólidos serão direcionadas para estabelecer a forma de prestação dos serviços do saneamento básico de modo que haja integridade, regularidade e qualidade.

Desta maneira o Plano Municipal de Saneamento Básico e Gestão Integrada de Resíduos Sólidos tem as seguintes objetivos específicos:

- ✓ Diagnosticar a situação dos serviços prestados e seus impactos nas condições de vida, apontando as causas das deficiências detectadas;
- ✓ Definir as metas de curto, médio e longo prazo para, e elaborar respectivos programas, projetos e ações necessárias para atingi-las;
- ✓ Estabelecer ações para emergências e contingências;
- ✓ Sugerir mecanismos e procedimentos para avaliação das ações programadas.



5. ÁREA DE ABRANGÊNCIA

O Plano Municipal de Saneamento Básico e Gestão Integrada de Resíduos Sólidos abrangerá todo município de Conceição do Araguaia estado Pará situado na bacia Araguaia-Tocantins, sudeste do estado do Pará. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), a área da unidade territorial do município perfaz 5.829,482 km² de extensão, localizado pelo cruzamento das seguintes coordenadas geográficas, latitude 08°15'28" Sul e longitude 49°15'53" Oeste.

De acordo com a classificação de Koppen, o clima do Município insere-se na categoria equatorial super-úmido, tipo Am, no limite de transição para o Aw, possui temperatura média anual de 27,3° C, apresentando a média máxima em torno de 32,0° C e mínima de 22,7° C. A umidade relativa é elevada, com oscilações entre a estação mais chuvosa e mais seca, que vai de 90% a 52%, sendo a média real de 71%. O período chuvoso ocorre, notadamente, de novembro a maio e o mais seco, de Junho a Outubro, estando o índice pluviométrico anual em torno de 2.000 mm, (VIANA, 2013).

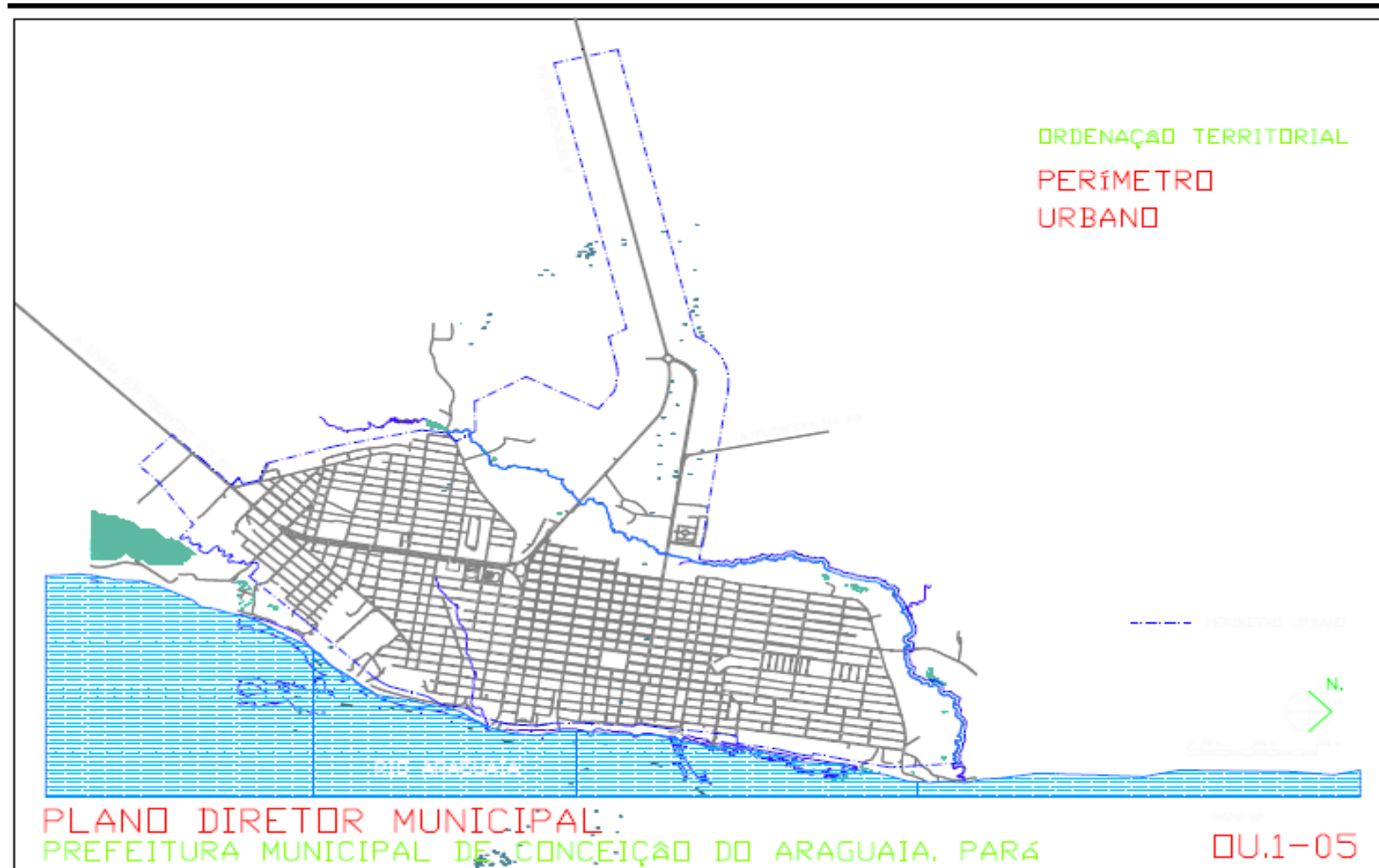
O município de Conceição do Araguaia esta situado a margem esquerda do rio Araguaia, e 1100 km da capital Belém, tendo como via de acesso a rodovia estadual PA 287.

Figura1. Localização do Município de Conceição do Araguaia no Estado do Pará





Figura 2. Ordenação territorial do Município de conceição do Araguaia- PA





6. METODOLOGIA

O escopo do Plano Municipal de Saneamento Básico e Gestão Integrada de Resíduos Sólidos inclui a execução das atividades que seguira sequência de 3 Fases e 11 etapas, conforme o fluxograma 01 e a apresentação de 10 documentos de acordo com a Figura 03.

O Processo de Elaboração do PMSB e GIRS deverá contemplar as seguintes fases e etapas conforme art. 06 do Decreto 0392/2015:

I -FASE - Planejamento do processo
Etapa 1 - Coordenação, participação social e comunicação
Etapa 2 - Plano de Comunicação e Mobilização
Etapa 3 - Plano de trabalho, termo de referência e assessoramento
II -FASE - Elaboração do PMSB/GIRS
Etapa 4 - Levantamento de Dados com pesquisa Oficial nos Órgãos competentes e/de Campo.
Etapa 5 - O Diagnóstico da situação local dos quatro componentes do saneamento Básico: abastecimento de água; esgotamento sanitário; limpeza urbana e manejo de Resíduos sólidos; drenagem e manejo de águas pluviais urbanas
Etapa 6 - Prognósticos e alternativas para a universalização, Condicionantes, Diretrizes e a definição de objetivos e metas municipais ou regionais de curto, médio e longo prazo, para a universalização do acesso aos serviços de saneamento básico
Etapa 7 - Definição de programas, projetos e ações, para o cumprimento dos objetivos e metas, e para assegurar a sustentabilidade da prestação dos serviços
Etapa 8 - Ações para emergência, contingências e desastres
Etapa 9 - Mecanismos e procedimentos para a avaliação sistemática da eficiência, eficácia e efetividade das ações do PMSB/GIRS
Etapa 10 - Estruturação do Sistema de Informações



III -FASE -Aprovação do PMSB/GIRS
Etapa 11 - Consulta Publica
Etapa 12- Apresentação/Socialização do PMSB/ GIRS a Comunidade

Tabela 01: Descrição das Fases e Etapas do PMSB/GIRS

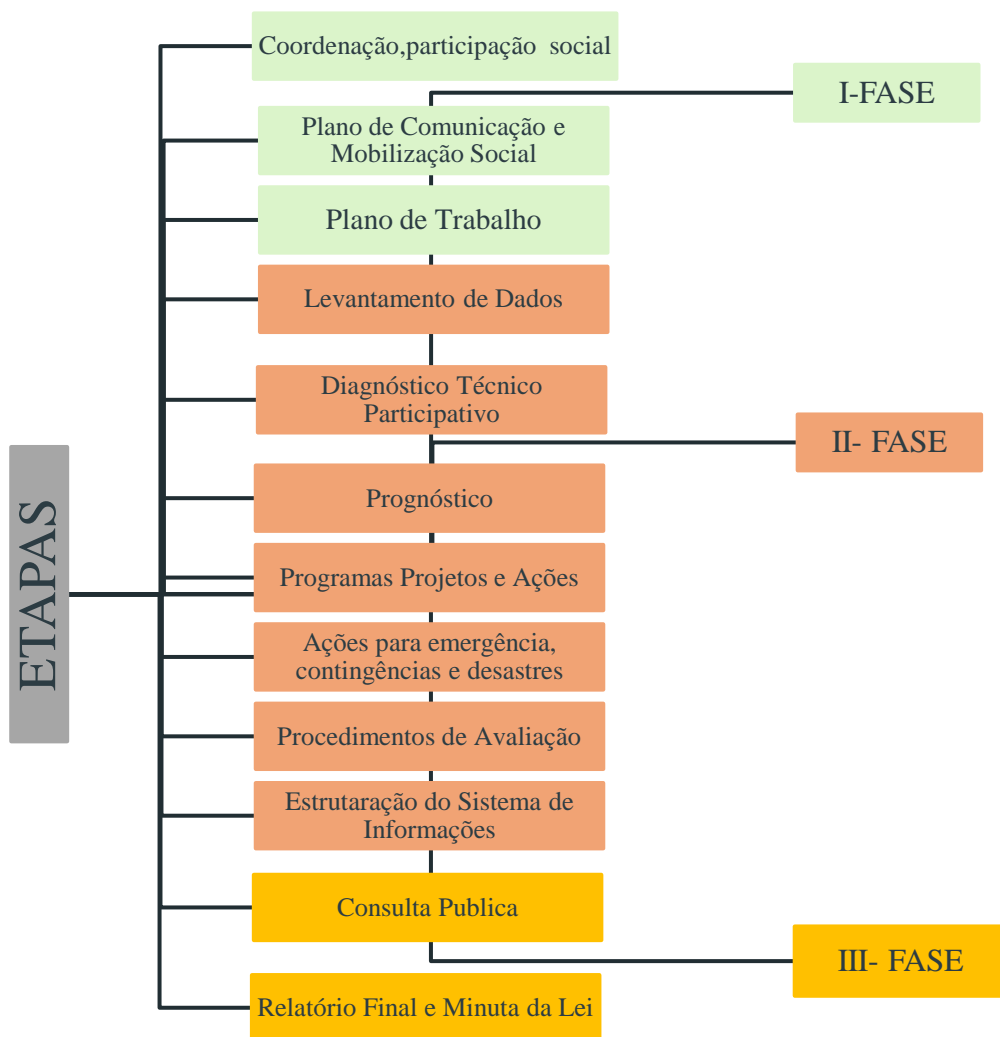


Figura 03: Fluxograma das Fases e Etapas de Elaboração do PMSB/GIRS



Documento 1-	Plano de Comunicação e Mobilização Social
Documento 2-	Plano de Trabalho
Documento 3-	Relatório de Levantamento de Dados
Documento 4-	Relatório do Diagnóstico Técnico Participativo
Documento 5-	Relatório do Prognóstico e Planejamento Estratégico
Documento 6-	Relatório dos Programas, Projetos e Ações
Documento 7-	Relatório de Ações para Emergência, Contingências e Desastres
Documento 8-	Relatório de Procedimentos de Avaliação
Documento 9-	Estruturação do Sistema de Informações Integradas em Saneamento Básico
Documento 10-	Minuta de projeto de Lei do Plano Municipal de Saneamento Básico
Documento 11-	Relatório Final do Plano de Saneamento Básico e Gestão Integrada de Resíduos Sólidos

Figura 04: Documentos a serem entregues

O processo metodológico a ser aplicado no desenvolvimento dos serviços tem a finalidade coletar informações pertinentes sobre o saneamento básico, sua interferência a saúde pública e ao meio ambiente, de modo que tais dados possam auxiliar nas propostas que visam solucionar os problemas que serão identificados. A dinâmica que será adotada consiste:

- Coletar informações através de revisão bibliográfica sobre saneamento básico, meio ambiente, recursos hídricos e outros temas de interesse;
- Realizar visitas técnicas, entrevistas e reuniões;
- Formular programas e ações para alcançar as metas definidas no planejamento;
- Implementar um sistema de informação para reunir, organizar, analisar e difundir as informações disponíveis e geradas nos estudos.

Abaixo segue a descrição de cada do processo de Elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico e Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.



7. DESCRIÇÃO DAS ETAPAS

I FASE – PLANEJAMENTO DO PROCESSO

ETAPA 1- Coordenação, participação social e comunicação;

1.1 Formação dos Grupos de Trabalho

A elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico e Gestão Integrada de Resíduos Sólidos demanda um modelo de participação popular permanente, em todas as fases de seu desenvolvimento, e após sua implementação. Neste sentido é necessária a formação de grupos de trabalho em que haja a participação de diferentes representantes da sociedade.

Os grupos de trabalho são denominados Comitê de Coordenação, sendo a instância consultiva e deliberativa, responsável pela condução da elaboração do plano, e o Comitê Executivo que se caracteriza por ser a instância responsável pela operacionalização do processo de elaboração do Plano.

De acordo com o ofício nº45/15 a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos solicitou o apoio técnico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará- Campus Conceição do Araguaia, em 28 de outubro de 2015, para promover o intercâmbio de dados e apoio técnico visando à realização conjunta de atividades vinculada a Elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico e Gestão Integrada de Resíduos Sólidos. Neste sentido a equipe técnica que realizara as atividades de operacionalização será por profissionais e alunos do IFPA, e servidores do município.

Conforme Decreto nº 0392/2015 parágrafo § 3 “ O Comitê de Coordenação deverá reunir-se (pelo menos uma vez a cada mês) mensalmente com o comitê executivo para acompanhar o processo de elaboração do PMSB/GIRS, neste sentido ficou acordado na primeira Reunião Ordinária realizada no dia 11 de Janeiro de 2016, na Sala de Reunião, localizada no Paço Municipal Dom Joseph Patrick Hanhan que as reuniões ocorreram mensalmente nas primeiras quintas feiras do mês.

O poder público municipal solicitou a participação dos órgãos e entidades municipal, estadual, federal, organizações da sociedade civil, sindicatos e ONGs para



colaborarem com a construção do Plano Municipal de Saneamento Básico e Gestão Integrada de Resíduos Sólidos através da indicação de representantes para compor o Comitê Executivo e Comitê de Coordenação, cada entidade sugeriu um titular e um suplente, que foram nomeados pelo poder executivo através do Decreto nº 0392/2015 como integrantes dos Comitês responsáveis por acompanhar e contribuir com todo processo de elaboração do Plano.

COMITÊ EXECUTIVO Representantes do Poder Executivo		
Nome	Formação/cargo	Instituição/entidade
Edson dos Santos Barbosa	Controlador	Secretaria Municipal de Governo
Joel Carlos Costa	Administrador	Secretaria M. de Desenvolvimento Econômico
Bráulio Veloso Galvão	Engº Sanitário	IFPA
Lenita R. Ferreira Watanabe	Pedagoga	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
Thuanny Paula A. N. Santos	Tecnologia em Gestão Ambiental	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
Maxwel Lima Santos	Tecnologia em Gestão Ambiental	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
II - Representante da Câmara de Vereadores		
Sharles Rodrigues Peixoto	Vereador	Câmara M. de Conceição do Araguaia
III - Representante da concessionária de serviço público de fornecimento de água		
Paulo Afonso Silva Barbosa	Gerente Regional	COSANPA
IV - Representantes da Sociedade Civil		
Mucio Soares Sanches	Eng. Civil	IFPA
Talita Borges Machado	Professora	UEPA- Campus VII
Artur Soares de Aquino	Presidente	Associação de Moradores
João Diamantino de Souza Neto	Presidente	Associação de Moradores
Luiz Fernandes dos Santos	Presidente	Colônia dos Pesc. Z-39 de Conc. do Araguaia



COMITÊ DE COORDENAÇÃO		
I - Representantes do Poder Executivo		
Titular: Nercilia Cristinny de Freitas Suplente: Marlene Costa de Oliveira	Sanitarista Sanitarista	Secretaria Municipal de Saúde
Titular: Diomar Carvalho Sousa Suplente: Antônio Ferreira Lima	Téc. Edificações Téc. Agrimensura	Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras
Titular: Joel Carlos Costa; Suplente: Ana Antonieta de P. Gomes	Administrador Agronomia	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
Titular: Lenita R. Ferreira Watanabe Suplente: Sidmárcia S. M. Pinheiro	Pedagoga Ag. Fisc. Amb.	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
Titular: Marcelo de J. Flores Sobrinho Suplente: Joseilda da Silva	Assistente Social Pedagoga	Secretaria Municipal de assistência Social
Titular: Maria Joseli Nery Martins Suplente: Kassya dos Reis Mendes	Pedagoga Pedagoga	Secretaria Municipal de Educação
Titular: Marliane da Veiga Santos Suplente: Emivaldo Soares de Freitas	Pedagoga Filosofia	Secretaria Municipal de Turismo
II - Representante da Câmara de Vereadores		
Titular: José Raimundo F. Nunes Suplente: Joaquim Luiz Nerys Gomes dos Santos.	Vereador Vereador	Câmara de Vereadores de Conceição do Araguaia
III - Representante da concessionária de serviço público de fornecimento de água		
Titular: Paulo Afonso Silva Barbosa; Suplente: Wagner do Carmo Silva.	Gerente Regional Servidor	COSANPA
IV- Representantes da Sociedade Civil		
Titular: Alfredo da Luz da Silva Suplente: Abdiane de M. Cavalcanti	Engº Agrônomo Servidora	Empresa de A. Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará- EMATER
Titular: Antônio Siqueira de Sousa Suplente: Antônio Martins de Sousa.	Presidente Membro	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais - STTR
Titular: Anunciato Alves dos S. Neto Suplente: Marlene Souza da Penha	Presidente Membro	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
Titular: Aparecida de F. Rangel Silva Suplente: Leidineia M. Pereira	Presidente Membro	Associação Caminho de Emaús
Titular: Artur Soares de Aquino Suplente: Nilza Joaquim da Costa	Presidente Membro	Associação de Moradores, bairro São Luiz II
Titular: Crisley dos Santos Alves	Presidente	Conselho municipal de Meio Ambiente



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS
PAÇO MUNICIPAL DOM JOSEPH PATRICK HANHAN
Endereço: TRAV. VEREADORA VIRGOLINA COELHO, Nº 1.145
CEP 68540-000 CENTRO - TEL.: (94) 3421 - 0033
E-MAIL: semmarh.pmsbrs@gmail.com



Suplente: Sonicleide Sinhá Leal	Membro	- COMAM
Titular: Edson Santos da Cruz; Suplente: Vanda Maria dos Santos	Presidente Membro	Sindicato dos Trabalhadores em Saúde no Estado do Pará
Titular: Elias Tavares Pereira; Suplente: Edimar Feitosa Resende	Membro Membro	Sindicato dos Trab. em Educação Pública do Estado do Pará/SINTEPP
Titular: Erly Vieira de Souza; Suplente: Fabiana Bassini	Membro Membro	Igreja Católica – Diocese de Conceição do Araguaia
Titular: Francisco Martinho N. da Silva Suplente: Filipe Cunha Borges	Presidente Membro	Conselho de Pastores de Conceição Araguaia
Titular: João Diamantino de S. Neto Suplente: Lucas da Silva Diamantino	Presidente	Associação de Moradores bairro Alto Verde
Titular: José Antônio França Nunes Suplente: Salvador Correa Bento	Coordenador Vig.a Sanitária	Secretaria de Estado de Saúde Pública – 12ª regional
Titular: Luiz Fernandes dos Santos Suplente: Ivaldo Tavares Pereira	Presidente Membro	Colônia dos Pescadores Z-39 de Conceição do Araguaia
Titular: Maria Elisa F. de Queiroz Suplente: Ranilson Alves dos Santos	Professora Professor	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Titular: Miriam Alves Marques Cunha Suplente: Renato Ferreira	Diretora Professor	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Con. do Araguaia
Titular: Pedro Alves Borges Suplente: Claudeci Alves da Silva	Presidente Membro	Associação e União de moradores da vila Real I e II
Titular: Perimar Alves Barros Suplente: Roseane R. Santos.	Coordenador Membro	Movimento Economia Solidária de Conceição do Araguaia
Titular: Raimunda Helena R. Padovan Suplente: Adelino Lima Carvalho	Membro Membro	Associação de Moradores, bairro Vila Nova
Titular: Sueli G. Cerqueira Cassiano Suplente: Alindomar Sousa da Silva	Presidente Vice-presidente	Conselho Municipal de Saúde
Titular: Talita Borges Machado Suplente: Helierson Gomes	Professora Professor	Universidade do Estado do Pará – Campus VII
Titular: Tomas De Aquino Costa Freitas Suplente: Jercino Francisco Sales	Presidente Membro	Assoc. de Catadores de Mat. Recicláveis de Con. do Araguaia



EQUIPE TÉCNICA		
Nome	Formação/profissão	Função no plano
Ivanice Cristina da Freitas	Engenheira Civil	Colaboradora
Maxwel Lima Santos	Gestão Ambiental	Diagnostico Téc. e operacionalização
Thuanny Paula de Almeida N. Santos	Gestão Ambiental	Diagnostico Téc. e operacionalização
Lenita R. Ferreira Watanabe	Pedagoga	Coordenadora Geral
Selma Ferreira Pimentel	Gestão Ambiental	Análise de dados
Washington Rodrigues Ferreira	Gestão Ambiental	Análise de dados

Tabela 02: Lista de Membros do Comitê de Coordenação , Execução e Equipe Técnica.

ETEPA 2 - Plano de Comunicação e Mobilização Social (Documento 1)

2.1 Objetivos do Plano de Comunicação e Mobilização Social

O Plano de Comunicação e Mobilização Social deve ser elaborado na fase inicial do processo, onde serão planejados os procedimentos, estratégias, mecanismos e metodologias que serão aplicados ao longo de todo o período de Elaboração do PMSB/GIRS. O plano deverá ser construído e executado com participação popular que é um processo político de construção da consciência coletiva sobre a possibilidade e a necessidade de interferência em questões que envolvam a vida da comunidade.

A proposta da participação popular na elaboração do PMSB/GIRS deve motivar uma mudança na postura ética do homem, em vários aspectos (ambientais, produtivos, políticos, sociais, culturais), visando desenvolver uma consciência ambiental crítica voltada para a melhoria da qualidade de vida.

O principal objetivo do Plano de Comunicação e Mobilização Social é de desenvolver ações para alcançar a sociedade e demonstrar a relevância do Plano e da



sua participação no processo de sua elaboração. Por meio deste planejamento organiza-se o processo e os canais de participação na elaboração do Plano e na avaliação dos serviços públicos de saneamento básico.



Figura 04: Esquema da Participação Social nas etapas do planejamento do PMSB/GIRS.

O controle social é, portanto, elemento estratégico na elaboração do PMSB/GIRS e uma das mais transparentes formas de se praticar a democracia e exercitar a igualdade de direitos na defesa do interesse público. (inciso IV, do art. 3º, da Lei nº 11.445/07). Neste sentido, o Plano de Comunicação e Mobilização Social deverá atingir em cada fase do processo os seguintes objetivos:

Todas as Fases



- Apresentar caráter democrático e participativo,
- Envolver a população na discussão das alternativas e dos problemas de salubridade ambiental e saneamento básico;
- Sensibilizar a sociedade quanto importância dos serviços saneamento básico, os benefícios e vantagens;
- Conscientizar a sociedade para a responsabilidade coletiva em cuidar dos recursos naturais;
- Estimular os segmentos sociais a participarem do processo de gestão ambiental do município;
- Sensibilizar os gestores e técnicos municipais para o fomento das ações de educação ambiental e mobilização social, de forma permanente, para apoiar os programas, projetos e ações de saneamento básico a serem implantadas por meio do PMSB/GIRS.

Diagnóstico técnico-participativo

- Considerar as percepções da comunidade e conhecimentos;
- Considerar as características locais e a realidade prática das condições econômico-sociais e culturais;
- Considerar a realidade prática local das condições de saneamento e saúde em

Prognóstico

- Considerar as necessidades reais e os anseios da população para a definição do cenário de referência futuro.
- Considerar o impacto sócio-ambiental dos empreendimentos de saneamento existentes e os futuros;

Programas, Projetos e Ações.

- Considerar as os anseios da população para a hierarquização da aplicação de programas e seus investimentos.
- Considerar o ponto de vista da comunidade no levantamento de alternativas de soluções de saneamento, tendo em conta a cultura, os hábitos e as atitudes em nível local.

Fases posteriores: Execução, avaliação, Monitoramento.



- Estimular a prática permanente da participação e mobilização social na implantação da política municipal de saneamento básico;

Tabela 03: objetivos a serem tingidos pelo Plano de Mobilização social, em cada fase.

2.2 Estratégias para o plano de Comunicação e Mobilização Social

O Plano de Comunicação e Mobilização Social deverá atingir a maior quantidade de pessoas possíveis, sua abrangência territorial deverá considerar a zona urbana e a zona rural, para alcançar os objetivos será usado as seguintes estratégias:

a) Implementar instrumentos de divulgação e comunicação para a disseminação e o acesso às informações sobre o diagnóstico e estudos preliminares, os serviços prestados e sua avaliação, o processo e os eventos previstos e as propostas relativas ao PMSB/GIRS;

b) Estabelecer de meios para recebimento de críticas e sugestões, assegurando a avaliação e resposta a todas as propostas apresentadas;

d) Organizar eventos abertos à comunidade local, como debates, seminários e audiências públicas para discussão e participação popular;

e) Realização de Conferência Municipal de Saneamento Básico, conforme a conveniência, para a discussão das propostas e instrumentos do PMSB/GIRS, incluindo agenda de eventos e discussões setoriais e temáticos preparatórios;

ETAPA 3 – Plano de Trabalho (Documento 2)

3.1 Cronograma de Atividades

Na primeira fase faz se necessário a elaboração de um cronograma das atividades que serão desenvolvidas, bem como a duração de cada atividade. Por meio desde documento será possível organizar o trabalho, e por meio das metas e dos prazos potencializar a atuação em cada etapa de desenvolvimento do PMSB/GIRS conforme apresenta a figura 05.



CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

CRONOGRAMA		MESES												
FASES	DESCRIÇÃO	2015			2016									
		OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT
Coordenação, participação social.	Composição do Comitê Executivo e de Coordenação e Cooperação Técnica entre Prefeitura Municipal de Conceição do Araguaia e IFPA.	■	■											
Plano de comunicação e Mobilização Social	Elaboração do documento de Planejamento			■	■									
Plano de Trabalho	Relatório de planejamento das atividades	■	■	■	■									
Diagnóstico Técnico Participativo	Diagnóstico da situação da prestação dos serviços de Saneamento básico					■	■	■	■					
Prognóstico	Elaboração da prospectiva estratégica									■	■	■		
Programas Projetos e Ações	Medidas a serem tomadas pelos programas, projetos e ações										■	■	■	
Procedimentos de Avaliação	Definição do método, para avaliar.												■	■
Estruturação do Sistema de Informação	Implantação do Sistema de Informação												■	■
Relatório Final e Minuta da Lei	Apresentação pública dos resultados												■	■

Figura 05: Cronograma de Atividades



II -FASE - Elaboração do PMSB/GIRS

Etapa 4 - Levantamento de Dados (Documento 3)

O levantamento de dados consiste em buscar em fontes confiáveis informações já existentes que servirão de subsídio para se conhecer a realidade dos serviços de saneamento que são prestados no município. A busca pode ser realizada através da coleta de informações de dados secundários nos diversos órgãos relacionados ao tema abrangendo: caracterização geral do município - situação físico-territorial, socioeconômica, saúde, desenvolvimento urbano e de habitação, meio ambiente e recursos hídricos, cultural, etc.; situação institucional da gestão dos serviços; situação dos sistemas e serviços de saneamento básico - abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos e manejo das águas pluviais e drenagem urbana, do município de Conceição do Araguaia incluindo tecnologias utilizadas, legislação, capacidade de pagamento dos usuários.

Etapa 5 - Diagnóstico Técnico Participativo (Documento 4)

5.1 - Caracterização Geral do Município

Para se estabelecer programas e projetos de melhoria dos serviços de saneamento básico, é necessário que antes seja realizado uma série de estudos para se conhecer a realidade, sendo assim o diagnóstico sistematizado e analisado as informações que serão coletadas. Os principais levantamentos estão descritos a abaixo.

- 5.2 Aspectos Socioeconômicos, Culturais, Ambientais e de Infraestrutura.
- 5.3 Aspectos Legais
- 5.4 Levantamento Institucional
- 5.5 Infraestrutura de Abastecimento de Água
- 5.6 Infraestrutura de Esgotamento Sanitário
- 5.7 Infraestrutura de Manejo de Águas Pluviais
- 5.8 Infraestrutura de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos



5.2 Aspectos Socioeconômicos, Culturais, Ambientais e de Infraestrutura.

- **Perfil Sócio econômico:** descrição e tendência do perfil socioeconômico da população, informação sobre distribuição de renda familiar,
- **Clima:** temperatura máxima media e mínimas, series históricas de dados meteorológicos e pluviométricos,
- **Infraestrutura:** rede de energia elétrica, telefone, pavimentação, transporte, saúde,
- **Condições sanitárias:** Descrição dos sistemas públicos existentes (saúde, educação, segurança, comunicação, etc.) e das fontes de informação;
- **Organização social:** Identificação e descrição da organização social da comunidade, grupos sociais que a compõem, como se reúnem, formas de expressão social e cultural, tradições, usos e costumes,
- **Descrição dos indicadores de saúde:** longevidade, natalidade, mortalidade e fecundidade; indicadores de doenças relacionadas com a falta de saneamento básico, doenças infecciosas e parasitárias,
- **Descrição dos indicadores de educação:** Identificação e avaliação da capacidade do sistema educacional, formal e informal, em apoiar a promoção da saúde, qualidade de vida da comunidade e salubridade do município;
- **Meios de comunicação:** Identificação e avaliação do sistema de comunicação local, as formas de comunicação próprias geradas no interior do município e sua capacidade de difusão das informações sobre o plano à população da área de planejamento;
- **Ocupação do solo:** Identificação das principais carências de planejamento físico territorial que resultaram em problemas evidentes de ocupação territorial desordenada, parâmetros de uso e ocupação do solo, definição das Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS;
- **Caracterização das áreas de interesse social:** localização, perímetros e áreas, carências relacionadas ao saneamento básico e precariedade habitacional.
- **Meio abiótico:** Indicação da vegetação, fauna, flora;
- **Áreas de proteção ambiental:** indicadores de APP, áreas sujeitos a deslizamentos ou a inundações, áreas de APP ocupadas;
- **Topografia, hidrologia e geologia:** plantas e mapas, informações do meio físico



Tabela 04: Dados a serem levantados referentes a Aspectos Socioeconômicos, Culturais, Ambientais e de Infraestrutura.

5.3 Aspectos Legais
<ul style="list-style-type: none">• Levantamento da legislação e análise dos instrumentos legais que definem as políticas nacional, estadual e regional de saneamento básico;• Levantamento da legislação e análise dos instrumentos legais que definem as políticas nacional, estadual e regional de resíduos sólidos;• Normas de regulação e ente responsável pela regulação e fiscalização, bem como os meios e procedimentos para sua atuação;• Política de recursos humanos, em especial para o saneamento e resíduos sólidos;• Política tarifária dos serviços de saneamento básico; <p>Instrumentos e mecanismos de participação e controle social na gestão política de saneamento básico;</p>

Tabela 05: Dados a serem levantados referentes Aspectos Legais

5.4 Levantamento Institucional
<ul style="list-style-type: none">• Caracterizar os órgãos que prestam serviço, identificando:<ul style="list-style-type: none">✓ Nome, serviços prestados, data de criação e organograma.✓ Modelo de gestão• Informações sobre a concessão para exploração dos serviços de saneamento básico no município:<ul style="list-style-type: none">✓ Nome da concessionária✓ Data de início e término da concessão✓ Instrumentos que regule a concessão✓ Recursos humanos alocados• Normas de fiscalização e regulação• Identificação e análise da estrutura e organização institucional, com descrição dos órgãos, instrumentos, sistemas, capacidade institucional para a gestão (planejamento, prestação dos serviços, regulação, fiscalização e controle social) dos serviços nos quatro



(4) componentes do saneamento e sua relação com outros segmentos;

- Levantamento de toda lei, decreto, política e resolução ou outros documentos disponíveis sobre o assunto.

Tabela 06: Dados a serem levantados referentes Levantamento Institucional

5.5 Infraestrutura de Abastecimento de Água

- Descrição dos sistemas de abastecimento de água atuais. Textos, mapas, projetos, fluxogramas, fotografias e planilhas;
- Descrever a cobertura dos serviços, identificando setores não atendidos e sujeitos a falta de água,
- Identificação da regularidade e frequência do fornecimento de água áreas critica consumo per capita, qualidade da água fornecida,
- Análise dos sistemas existentes, incluindo todas as estruturas integrantes: mananciais, captações, estações de tratamento, aduções de água bruta e tratada, estações elevatórias, reservação, redes de distribuição, ligações prediais, medição (micro e acromedição) e controle do sistema,
- Informações sobre a qualidade da água bruta e do produto final do sistema de abastecimento;
- Balanço entre consumos e demandas de abastecimento de água na área de planejamento
- Estrutura de consumo (número de economias e volume consumido por faixa);
- Estrutura de tarifação e índice de inadimplência;
- Descrição do corpo funcional (números de servidores por cargo);
- Organograma do prestador de serviço;
- Receitas operacionais e despesas de custeio e investimento;
- Caracterização da prestação dos serviços

Tabela 07: Dados a serem levantados referentes Infraestrutura de Abastecimento de Água



5.6 Infraestrutura de Esgotamento Sanitário

- Descrição dos sistemas de esgotamento sanitário atuais. Textos, mapas, projetos, fluxogramas, fotografias e planilhas,
- Indicação de áreas de risco de contaminação por esgotos do município;
- Análise crítica e avaliação da situação atual dos sistemas de esgotamento sanitário, incluindo todas as estruturas integrantes. Deverá ser informada a capacidade instalada, eficiência de tratamento, custo operacional;
- Principais deficiências referentes ao sistema de esgotamento sanitário;
- Levantamento da rede hidrográfica do município, identificando as fontes de poluição pontuais de esgotamento sanitário;
- Dados dos corpos receptores existentes (qualidade, vazão, usos de jusantes)
- Caracterização da infraestrutura das instalações existentes;
- Organograma do prestador de serviço;
- Descrição do corpo funcional (números de servidores por cargo);
- Caracterização da prestação dos serviços.

Tabela 08: Dados a serem levantados referentes Infraestrutura de Esgotamento Sanitário



5.7 Infraestruturas de Manejo de Águas Pluviais

- Verificar a legislação existente sobre parcelamento e uso do solo urbano e rural;
- Descrição do sistema de macrodrenagem e microdrenagem. Croqui georreferenciado dos lançamentos da macrodrenagem, desenhos, fluxogramas, fotografias e planilhas,
- Verificar a existência de fiscalização do cumprimento da legislação vigente
- Identificar os órgãos municipais com provável ação em controle de enchentes e drenagem urbana e identificar suas atribuições;
- Verificar a obrigatoriedade da microdrenagem para implantação de loteamentos ou abertura de ruas;
- Verificar a separação entre os sistemas de drenagem e de esgotamento sanitário
- Identificar os principais tipos de problemas observados na área urbana, frequência de ocorrência e localização desses problemas;
- Verificar se existem manutenção e limpeza da drenagem natural e artificial e a frequência com que são feitas;
- Descrição dos principais fundos de vale, por onde escoam as águas de chuva;
- Receitas operacionais e despesas de custeio e investimento
- Verificar se indicadores epidemiológicos de agravos à saúde por deficiência no sistema de manejo de águas pluviais,
- Identificar falhas no atendimento pelo Poder Público, demanda de ações estruturais e não estruturais para o manejo das águas.

Tabela 09: Dados a serem levantados referentes Infraestrutura de Manejo de Águas Pluviais



5.8 Infraestrutura de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos

- Avaliação dos critérios para elaboração do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, conforme a Política Nacional de Resíduos Sólidos 12.305/10; Análise da situação da gestão do serviço com base em indicadores técnicos, operacionais e financeiros;
- Descrição e análise da situação dos sistemas, infraestrutura, tecnologias, operação, acondicionamento, coleta, transporte, transbordo, tratamento e disposição final dos resíduos sólidos do município;
- Identificação dos geradores sujeitos ao plano de gerenciamento específico nos termos do art. 20 ou a sistema de logística reversa na forma do art. 33, da Lei 12.305/2010;
- Identificação de carência do poder público para o atendimento adequado da população;
- Verificação da cobertura da coleta porta a porta, bem como das áreas de varrição,
- Análise dos serviços públicos de limpeza urbana e serviços especiais em locais públicos,
- Informações sobre a produção *per capita* de resíduos inclusive de resíduos de atividades especiais;
- Levantamento das práticas atuais e dos problemas existentes associados à infraestrutura dos sistemas de limpeza urbana;
- Organograma do prestador de serviço e descrição do corpo funcional (números de servidores e identificação de possíveis necessidades de capacitação, remanejamento, realocação, redução ou ampliação da mão-de-obra utilizada nos serviços);
- Avaliação das alternativas adotadas para destinação final dos resíduos sólidos de construção civil e saúde;
- Análise gravimétrica dos resíduos produzidos no município;
- Receitas operacionais e despesas de custeio e investimento;
- Identificação dos passivos ambientais relacionados aos resíduos sólidos, incluindo áreas contaminadas, e respectivas medidas saneadoras;
- Levantamento da situação dos catadores, que atuam nas ruas ou lixões, identificar seu potencial de organização;
- Identificar áreas de risco de poluição por contaminação e áreas já contaminadas, por resíduos sólidos, verificar as alterações ambientais ocasionadas;



- Analisar a situação socioambiental dos sítios usados para dispor os resíduos sólidos urbanos.

Tabela 10: Dados a serem levantados referentes a Infraestrutura de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos

Etapa 6 - Prognóstico e Planejamento Estratégico (Documento 5)

Nesta etapa serão efetivamente elaboradas as estratégias de atuação para melhoria das condições dos serviços saneamento, considerando a aplicação do plano para um período de 20 anos, classificada em:

Imediatas ou emergenciais - até 3 anos,

Curto prazo - 4 a 8 anos,

Médio prazo - 9 a 12 anos

Longo prazo - 13 a 20 anos.

Para a elaboração dos prognósticos e das alternativas serão desenvolvidos os seguintes aspectos:

- **6.1 Projeção Populacional**

Para se analisar a demanda futura, é indispensável que seja realizado a projeção populacional, que é um estudo de planejamento urbano complexo que pode apresentar níveis de incertezas. Deverá ser utilizado métodos estatísticos neste estudo. A análise projetará a população tendo como base a distribuição espacial em termos de áreas definidas, ou seja, ocupadas atualmente e áreas com possibilidades de expansão. Tanto a quantidade de domicílios, e a avaliação da população terão como instrumento balizador os dados do CENSO 2010 do IBGE, deverá ser levantada a projeção de crescimento da população rural.

O Município de Conceição do Araguaia apresenta um acréscimo da população durante os meses de férias principalmente nos meses Junho e Julho, será feito o cálculo considerando a população flutuante para subsidiar o cálculo das demandas.



- **6.2 Objetivos e Metas**

O estabelecimento de metas e objetivos do planejamento provém de fatores que foram estudados, e que apresentam como condicionantes, e devem ser observados para que o plano seja implantado. Todos os dados levantados na fase do diagnóstico serão usados como base para se estabelecer objetivos gerais e específicos a serem atingidos, referentes às necessidades da população. Será analisada a demanda existente por prestação de serviço dos quatro eixos do saneamento básico e será analisada alternativa a fim de implantar métodos de progressivo melhoramento dos serviços, visando a qualidade de vida das comunidades urbanas e rurais. Para que sejam definidos os objetivos e as metas será considerado, as necessidades mais prementes, pela disponibilidade de recursos financeiros, pelas orientações decorrentes da participação da sociedade na tomada de decisões, e outros fatores que também poderão exercer influência nessa atividade.

- **6.3 Projeção de Demandas**

Para se definir demandas futuras será considerados aspectos do ponto de vista técnico, econômico, social e até mesmo ambiental. As demandas futuras nos setores de saneamento indicarão a necessidade de se implantar medidas/ações visando à implantação de novas infraestruturas ou melhoramento das existentes.

A seguir esta exemplificado os itens que deverão ser elaborados para a projeção de demandas e as perspectivas técnicas em cada eixo do setor de saneamento.

- ✓ 6.2.1 Infraestrutura de abastecimento de água
- ✓ 6.2.2 Infraestrutura de esgotamento sanitário
- ✓ 6.2.3 Infraestrutura de águas pluviais
- ✓ 6.2.4 Infraestrutura de gerenciamento de resíduos sólidos



6.3.1 Infraestrutura de abastecimento de água

- Análise das alternativas de gestão e prestação de serviços;
- Projeção da demanda anual de água para toda a área de planejamento ao longo dos 20 anos;
- Descrição dos principais mananciais (superficiais e/ou subterrâneos) passíveis de utilização para o abastecimento de água na área de planejamento;
- Definição de alternativas técnicas de engenharia para atendimento da demanda calculada;
- Previsão de eventos de emergência e contingência.

Tabela 11: Aspectos considerados no Prognóstico referentes Infraestrutura de abastecimento de água

6.3.2 Infraestrutura de esgotamento sanitário

- Análise das alternativas de gestão e prestação de serviços;
- Projeção da vazão anual de esgotos ao longo dos 20 anos para toda a área de planejamento;
- Previsão de estimativas de carga e concentração de DBO e coliformes fecais ao longo dos anos, decorrentes dos esgotos sanitários gerados, segundo as alternativas (a) sem tratamento e (b) com tratamento dos esgotos
- Definição de alternativas técnicas de engenharia para atendimento da demanda calculada;
- Previsão de eventos de emergência e contingência

Tabela 12: Aspectos considerados no Prognóstico referentes Infraestrutura de esgotamento sanitário



6.3.3 Infraestrutura de águas pluviais

- Proposta de medidas mitigadoras para os principais impactos identificados, em particular:
 - ✓ medidas de controle para reduzir o assoreamento de cursos d'água e de bacias de detenção, propostas pelos membros do grupo de trabalho;
 - ✓ medidas de controle para reduzir o lançamento de resíduos sólidos nos corpos d'água.
- Diretrizes para o tratamento de fundos de vale;
- Previsão de eventos de emergência e contingência.

Tabela 13: Aspectos considerados no Prognóstico referentes a Infraestrutura de águas pluviais

6.3.4 Infraestrutura de gerenciamento de resíduos sólidos

- Planilha com estimativas dos volumes de produção de resíduos sólidos, classificados por categorias,
- Planilha com o percentual de atendimento pelo sistema de limpeza urbana,
- Metodologia para o cálculo dos custos da prestação dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, e a cobrança pelo serviço,
- Regras para o transporte e outras etapas de gerenciamento de Resíduos Sólidos conforme trata a Lei 12.305/10, e definição das responsabilidades quanto a sua implantação e operacionalização,
- Procedimentos operacionais e especificações mínimas a serem adotadas nos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, incluso a disposição final de rejeito,
- Prever eventos de emergência e contingência.

Tabela 14: Aspectos considerados no Prognóstico referentes a Infraestrutura de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos



Etapa 7 - Definição de Programas, Projetos e Ações (Documento 6)

Esta etapa consiste na criação de programas do governo municipal que contemplem soluções práticas e executáveis para atingir os objetivos propostos, de modo que compatibilizem o crescimento econômico, a sustentabilidade ambiental e a equidade social nos municípios. Cada programa, projeto e ação que será proposto deverá seguir uma hierarquização na ordem de sua implantação, logo eles deverão estar de acordo com aspectos legais, sociais, e orçamentários. Devera ser apresentado também o cronograma de execução das atividades, os responsáveis, a metodologia e os instrumentos que serão usados, e os objetivos que se deseja atingir, conforme os levantamentos realizados anteriormente. Os programas, projetos e ações deverão contemplar cada eixo do setor de saneamento básico. Para o eixo de Resíduos Sólidos devera ser observado os requisitos exigidos na Lei 12.305/10.

Etapa 8 - Ações para Emergência, Contingências e Desastres (Documento 7)

As ações emergenciais e de contingência são instrumentos que estabelecem o modo que se deve atuar em diversas situações consideradas como emergenciais. São situações que podem acontecer no município de forma inesperada, por isso é fundamental existirem planos que orientem a sociedade a lidar com esse tipo de problema. De acordo com a realidade do município será elencada possível tragédias que podem ocorrer baseados nisso será elaborado um protocolo que oriente na tomada de decisões. Devera ser programado ações sistemáticas tais como:

- Estabelecimento de planos de racionamento e de atendimento as demandas temporais,
- Regras de atendimento e funcionamento operacional para situação crítica na prestação de serviços públicos de saneamento básico,
- Implantação de mecanismos tarifários de contingência.

Etapa 9- Mecanismos e Procedimentos para a Avaliação Sistemática da Eficiência, Eficácia e Efetividade das Ações do PMSB/GIRS (Documento 8)



A avaliação do desempenho do Plano Municipal de Saneamento Básico e Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, esta relacionada ao nível de satisfação do contribuinte quanto ao êxito e alcance das metas e objetivos propostos. É necessário estabelecer parâmetros que possam indicar o desempenho dos programas, projetos e ações de modo que permita avaliar as situações que se apresentam, bem como expressar a eficiência, e a eficácia das ações planejadas. O monitoramento é uma ferramenta que garante o contínuo acompanhamento da implantação e execução do PMSB/GIRS, sendo assim o plano de avaliação deverá:

- Definição dos padrões e níveis de qualidade e eficiência dos indicadores de prestação do serviço de Saneamento Básico
- Mecanismos para divulgação do PMSB/GIRS, de garantindo a universalização das informações contidas nele.
- Mecanismos que assegure a representação social, no processo de acompanhamento,
- Indicadores técnicos, operacionais e financeiros da prestação dos serviços;
- Definição dos recursos humanos, materiais, tecnológicos e administrativos necessários à execução, avaliação, fiscalização e monitoramento do Plano;
- Definição de mecanismos de revisão periódicas do PMSB/GIRS, considerando as exigências da Lei 11.445/07.

Dentro dos aspectos que serão avaliados, pode especificar os seguintes:

- O cumprimento dos objetivos definidos no PMSB
- A obediência dos dispositivos legais aplicáveis à gestão do setor saneamento;
- A identificação dos pontos fortes e fracos do plano elaborado e das oportunidades e entraves ao seu desenvolvimento;
- O uso adequado de recursos humanos, instalações e equipamentos voltados para produção e prestação de bens e serviços na qualidade e prazos requeridos;
- A adequação e a relevância dos objetivos do plano e a consistência entre esses e as necessidades previamente identificadas;



- A consistência entre as ações desenvolvidas e os objetivos estabelecidos;
- A qualidade dos efeitos alcançados a partir da implantação do plano.

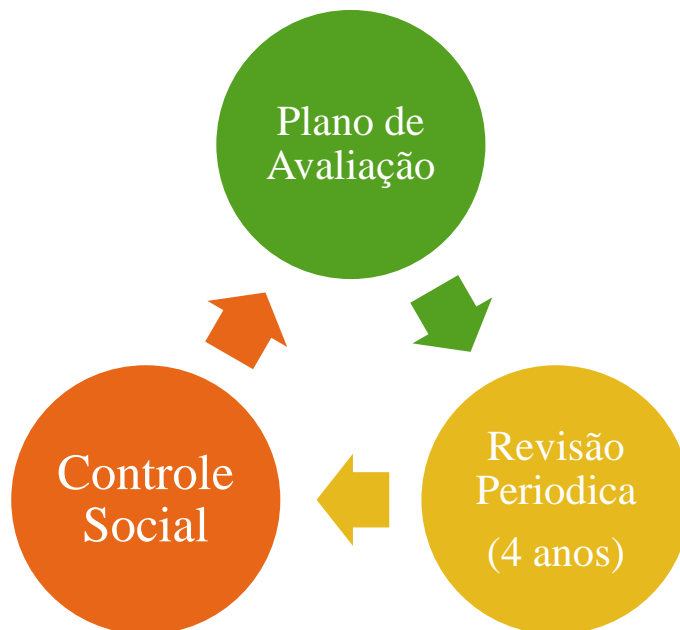


Figura 06: Esquema de Revisão do Plano de Avaliação e Monitoramento
Etapa 10 - Estruturação do Sistema de Informações (Documento 10)

A estruturação e implantação de um sistema de informações municipais sobre saneamento e gestão integrada de resíduos sólidos é uma exigência legal, definida no inciso VI, art. 9º da Lei 11.445/2007, se caracteriza como uma importante ferramenta para gerir as informações sobre saneamento no município.

A estrutura consiste em um sistema automatizado, que será capaz de coletar, armazenar dados, processa-los para gerar informações.

Seu principal objetivo é de monitorar a situação da prestação dos serviços de saneamento básico no município, com base em dados e indicadores. O banco de dados deveser compatível com o SINISA. Para a implantação do sistema é necessário obedecer as seguintes etapas:

- Levantamento dos softwares utilizados pelo município,
- Levantamento dos requisitos do sistema,
- Modelagem detalhada,



- Análise das possíveis limitações dos softwares,
- Implementação, testes e ajustes.

III -FASE -Aprovação do PMSB/GIRS

Etapa 11 - Consulta Publica

A etapa final da elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico e Gestão Integrada de Resíduos Sólidos refere-se à entrega do documento final, para ser analisado e posteriormente aprovado. Conforme indica a Legislação na etapa final deverá ser realizada consulta para debate do plano. Esse mecanismo é um sistema que tem o objetivo de coleta opinião da sociedade, esse método intensifica a articulação entre a representatividade e a sociedade.

A documentação deverá se disponibilizada em local acessível, via internet e impresso para promover um debate final para aceitação do mesmo. Será utilizada a página oficial do Município por um prazo de 30 dias, e a versão impressa estará na Secretária Municipal de Meio Ambiente e Recursos Híricos. A audiência é o debate ao vivo que devera ser amplamente divulgado para que toda comunidade participe e contribua. Logo todas as etapas anteriores serão analisadas, deverão ser apresentadas de forma concisa, e com linguagem entendível para pessoas de todas classes sociais que estiverem presente.

A minuta de projeto de Lei deverá ser elabora previamente, conforme a técnica legislativa, a minuta também deverá ser submetida a análise, e levada à discussão.

Nesta oportunidade será concluída a versão final do Plano, após observado as contribuições, e se necessário alterações. A minuta da Lei devera ser encaminhada a Câmara de Vereadores.

Etapa 12- Apresentação/Socialização do PMSB/ GIRS a Comunidade

O Plano Municipal de Saneamento Básico e Gestão Integrada de Resíduos Sólidos depois de aprovado e sancionado em lei municipal deverá ser implantado pelo órgão do município responsável pela execução da política municipal de saneamento básico. Nessa etapa será disponibilizada a versão final do Plano, o



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS
PAÇO MUNICIPAL DOM JOSEPH PATRICK HANHAN
Endereço: TRAV. VEREADORA VIRGOLINA COELHO, Nº 1.145
CEP 68540-000 CENTRO - TEL.: (94) 3421 - 0033
E-MAIL: semmarh.pmsbrs@gmail.com



principal objetivo dessa etapa é de incentivar a sociedade a se manter permanentemente mobilizada, para seguir participando do processo de implantação e desenvolvimento do Plano, garantindo a democrática e controle social.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS
PAÇO MUNICIPAL DOM JOSEPH PATRICK HANHAN
Endereço: TRAV. VEREADORA VIRGOLINA COELHO, Nº 1.145
CEP 68540-000 CENTRO - TEL.: (94) 3421 - 0033
E-MAIL: semmarh.pmsbrs@gmail.com

